

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	165.627.306,93	
Pessoal Ativo	118.933.745,24	
Pessoal Inativo e Pensionistas	46.693.561,69	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS COM IRRF (Resolução TCE nº 16.769/03) (II)	23.964.823,60	
Imposto de Renda Retido na Fonte	23.964.823,60	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (III)	22.209.756,48	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	702.233,18	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.014.273,19	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	18.493.250,11	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (IV) = (I - II - III)	119.452.726,85	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.922.202.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	119.452.726,85	0,67
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	168.468.698,80	0,94
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	160.045.263,86	0,89
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	151.621.828,92	0,85
FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável: COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/DF, data da emissão 18/01/2017 e hora de emissão 12h15.		
Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não		
liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as		
despesas executadas estão segregadas em:		
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;		
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do		
exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.		
Conselheiro Luis da Cunha Teixeira		
Presidente do TCE-PA		
José Eduardo Rodrigues Lobão	Max Ney de Parijós	
Secretário de Administração	Secretário de Controle Interno	

Protocolo: 141588

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO								
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ								
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL								
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR								
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016								
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")								R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.156.123,55		218.413,78			937.709,77		
Recursos Vinculados à Previdência Social (RGPS)								

Recursos Vinculados a Fundos	1.156.123,55		218.413,78			937.709,77		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.928.828,09		2.004.156,61		1.098.881,78	825.789,70		
Recursos Ordinários	3.928.828,09		2.004.156,61		1.098.881,78	825.789,70		
TOTAL (III) = (I + II)	5.084.951,64		2.222.570,39		1.098.881,78	1.763.499,47		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES1								
FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável COORDENADORIA DE CONTABILIDADE, Data da emissão 23/01/2016 e hora de emissão 14h14								
		Conselheiro Luis da Cunha Teixeira						
José Eduardo Rodrigues Lobão		Presidente do TCE-PA					Max Ney de Parijós	
Secretário de Administração							Secretário de Controle Interno	

Protocolo: 141590

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao Sr. João Rodrigues da Silva, Ex- Coordenador da E.E.E. Fundamental e Médio Professor Manoel Lobato. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo feita por intermédio do Expediente nº2016/09421-4, datado em 14/09/2016, referente à Citação nº 543-A /2016 para apresentação de defesa nos autos do Processo nº. 2013/53556-1, que trata da Tomada de Contas no Conselho E.E.E.E. Fundamental e Médio Professor Manoel Lobato, referente ao Convênio SEDUC nº 720/2009 e termo aditivo, comunico que o Exm.º Cons º Substituído Julival Silva Rocha, Relator, prorrogou por (15) dias, o prazo para apresentação de defesa, a contar a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado. JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA Secretário-Geral

Protocolo: 141495

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO		
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016		
LRF, art. 48 - Anexo 7		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		17.922.202.000
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	118.652.500	0,66
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	168.468.699	0,94
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	160.045.264	0,89
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		